



**ESTÁGIO DE DOCÊNCIA EM HISTÓRIA — EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
OU EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA
PLANEJAMENTO DA MEDIAÇÃO 2024-1**

Professoras:

Carmem Zeli de Vargas Gil

Melina Kleinert Perussatto

Uma aula não é consequência imediata de um planejamento, mas uma se torna parte do outro. A aula que existe no planejamento é importante como ação prévia para a aula que vai existir, porém as relações entre a planejada e a efetivada são diversas. Mesmo quando a aula dada não coincide em nada com a aula planejada, o gesto de planejar não foi um tempo perdido, justamente porque aconteceu no encontro, e não na determinação. O planejamento Maria Farinha se constrói e reconstrói de forma dinâmica, sempre em movimento, mesmo que lateral, enviesado, como os caranguejos.¹

1. Identificação

Estagiária/o: Caterine Krauspenhar Gluszczyk e Thais Marx dos Santos

Supervisor/a: Carmem Zeli de Vargas Gil e Melina Kleinert Perussatto

Instituição: Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado - Caroline Silveira Bauer

Período de estágio: 12/04/2024 a 06/08/2024

2. Título: Projeto 64 na Matriz: a memória e os 60 anos do Golpe

3. Palavras-chave: Memória; Ditadura civil-militar; 60 anos do golpe; Direitos Humanos; Patrimônio cultural.

¹ GIL, Carmem et al. Currículos, Encontros e Planejamento. In. **Questões desestruturantes no ensino de história**. Porto Alegre: UFRGS, 2022, p. 41-47. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249437>>. Acesso em: 27 set. 2023.

4. Conceito de Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, a sua memória e o ensino da História, a fim de colaborar para o seu reconhecimento e a sua valorização, mas também para sua problematização e crítica. Nesse sentido, o patrimônio cultural é construído socialmente como um recurso para expressar poderes, culturas e saberes. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva da sociedade, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Levando em consideração que a cidade de Porto Alegre faz parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras, propomos na ação o uso do conceito de Cidade Educadora, tal como utiliza Anita Natividade. A historiadora coloca a educação no centro do projeto Caminhos da Ditadura, relacionando “o direito à cidade aos direitos humanos ao buscar o pertencimento de todos os cidadãos ao espaço urbano” (Natividade, 2023, p. 14).

Assim, no conceito de Educação Patrimonial, elaborado para este planejamento, é importante a noção da relação do sujeito com a sua cidade, pensando para além de sua apreciação e aceitação passiva. Do mesmo modo que Jaime Bonafé (2013) faz, pode-se lembrar também de Paulo Freire e de suas ideias de uma educação transformadora, uma vez que não é possível aprender sobre a cidade e a sua história apenas falando sobre ela, é preciso vivenciá-la e experimentá-la. A cidade pode ser pensada em sua relação não somente com o currículo, como Bonafé (2013) aponta, mas com toda a perspectiva da experiência cidadã e aqui podemos incluir a Educação Patrimonial, abordando a cidade para ensinar história com o patrimônio. Nas palavras de Bonafé:

A cidade (...) é uma poderosa narração sobre nós próprios e o mundo, sobre nós e os outros (que são diferentes de nós), sobre o que foi, o que está sendo e o que será; uma narração cruzada de significados e repleta de conflitos e lutas por significado (Bonafé, 2013, p. 455).

Ademais, o conceito de Educação Patrimonial presente nesse projeto se baseia nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tendo em vista a

potência de tais diretrizes para a construção de uma ação educativa que trabalhe a importância dos direitos humanos e das relações étnico-raciais. Seguindo as orientações das diretrizes, acreditamos ser necessário pensar em um conceito de Educação Patrimonial que valorize as histórias, identidades e culturas de pessoas negras e que ajude a desfazer o mito da democracia racial. Também é importante destacar a valorização de uma cultura dos Direitos Humanos na análise de momentos históricos repressivos, levando em conta a construção de um “projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 14).

5. Pessoas e corpos, espaços e tempos

O projeto “64 na Matriz” faz parte das atividades do Laboratório de Estudos dos Usos Políticos do Passado (Luppa), entre as quais se destacam atividades de pesquisa, ensino, extensão acerca da democratização do conhecimento histórico nos espaços públicos. Criado em 2017 por professores de História da UFRGS, o Luppa trabalha temas como memória, usos políticos do passado, Ditadura civil-militar brasileira, entre outros.

Dando seguimento a duas outras edições já realizadas, o Projeto 64 na Matriz ocorrerá na Praça Marechal Deodoro, também conhecida como Praça da Matriz, que está localizada no Centro Histórico de Porto Alegre. A praça concentra os três poderes do estado do Rio Grande do Sul, além de abranger espaços importantes da cultura e da religião católica, como o Theatro São Pedro, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul e a Catedral Metropolitana de Porto Alegre.

A atividade será pensada para o público do Ensino Médio, entretanto, por conta da situação de calamidade que o estado enfrentou a partir de maio de 2024, passando pela maior enchente da história do Rio Grande do Sul, com impactos maiores do que a histórica enchente de 1941 e afetando por meses e de forma irreparável a vida da população gaúcha, apresentaremos a mediação para os colegas da História, para discussão e possível aprimoramento com a turma e compartilhamento de conhecimento.

6. Problematização

Em 2024, nos 60 anos do golpe civil militar, como as instituições da Praça da Matriz se relacionaram com a história e a memória da ditadura, levando em conta esquecimentos e lembranças?

Em 2024, é “comemorado” os 60 anos do Golpe, momento no qual as memórias da Ditadura entram em uma fervorosa disputa de narrativas. Tendo em mente que essas disputas pelo passado também são lutas políticas pelo poder discursivo, é importante promover análises críticas acerca do período ditatorial. Nesse sentido, podemos refletir acerca da data que marca este período e que é relembrada sem o devido cuidado com a memória da Ditadura, propondo a utilização do termo descomemoração, que pode ser entendido como uma lembrança crítica e não elogiosa de uma data. Levaremos em conta a ideia da descomemoração como base para a problematização proposta para a mediação, pensando em um ensino de História crítico e reflexivo.

Seguindo este viés, podemos encarar a descomemoração como o ato de lembrar para não esquecer, visto que há uma conspiração por parte das instituições de poderes e da sociedade a favor do esquecimento deste período traumático da história do Brasil. Conforme Enrique Padrós (2006), existem dois tipos de esquecimento que operam em relação à história da Ditadura Militar, um deles seria um esquecimento forçado, ligado ao não conhecimento sobre a história e a verdade, e outro seria uma política sistemática de desmemória, ou seja, o silenciamento da memória. Nesse sentido, a soma desses dois tipos de esquecimento gera no país “uma espécie de anestesiamento político e de amnésia demarcadoras de impunidade” (Padrós, 2006, p. 01).

Refletindo acerca do conceito de Educação Patrimonial destacado acima, é interessante enfatizar a reflexão de Bonafé (2013) que aponta a recuperação e a revisão da memória como uma das formas de se transformar a experiência da vida cidadã. Esse ato de recuperar e rever seria necessário para sairmos do plano superficial que o esquecimento nos coloca e construirmos uma relação com o patrimônio e a história baseada no conhecimento da memória. Seguindo esta linha de pensamento, os prédios do entorno da Praça da Matriz são patrimônios emblemáticos

do Centro Histórico de Porto Alegre e importantes espaços de poder e de cultura da cidade, porém, passam muitas vezes despercebidos do nosso olhar enquanto transitamos pela cidade. Em vista disso, nosso projeto busca incentivar uma postura atenta e crítica ao espaço urbano, em uma tentativa de aprender com o patrimônio e com o entorno que nos cerca para além do ambiente escolar.

Da mesma forma, na mediação, será problematizada a relação entre a memória da Ditadura Militar, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais, tendo em vista que apenas uma visão crítica sobre as memórias desse período nos permite conhecer a verdade histórica. Assim, estas duas lentes de análise são essenciais para compreender como o regime militar se estruturou no Brasil e de que formas ele operou em nossa sociedade, que não somente foi reprimida neste período, mas também participou no apoio à repressão.

7. Objetivos de aprendizagem

- Relacionar as instituições presentes na Praça da Matriz com a memória e a história da Ditadura, tendo em vista a efeméride dos 60 anos do Golpe Militar;
- Refletir sobre a Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre, por meio da análise do patrimônio em torno da Praça da Matriz, pensando o conceito de Direitos Humanos;
- Problematizar a memória da Ditadura Civil-Militar, levando em conta lembranças e esquecimentos nas ações das instituições da Praça da Matriz.

8. Atividades

A atividade será uma caminhada no entorno da Praça da Matriz, passando por pontos em que as instituições estão localizadas. A ordem dos pontos a ser seguida na mediação será: Catedral Metropolitana, Palácio Piratini, Assembleia Legislativa, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Theatro São Pedro, Palácio da Justiça e, por fim, o centro da Praça da Matriz. A ação consistirá em uma mediação participativa, estabelecendo contato com o público por meio de questionamentos ao longo da mediação, praticando a escuta dos participantes e incentivando a troca nesse espaço.

A mediação iniciará com uma breve exposição de como funcionará a atividade, explicando quais pontos iremos tratar e qual será o tema geral da nossa caminhada.

Em cada ponto, abordaremos certos aspectos da relação entre a instituição e a memória da Ditadura, realizando questionamentos ao longo da mediação para interagir com o público, bem como traremos materiais didáticos, como fotos, manchetes de jornais, tirinhas ou charges, além de um folheto informativo com um breve resumo da atividade e do conteúdo de cada ponto. Ao final, abriremos espaço para um diálogo com o público a respeito da atividade e também como uma forma de avaliar os conhecimentos compartilhados e aprendidos.

1) Catedral Metropolitana

Neste ponto, iniciaremos com a seguinte questão “Qual o papel da Igreja durante a Ditadura?”. Após ouvir e debater as respostas do público, apresentaremos algumas reflexões baseada, em parte na pesquisa desenvolvida pelo nosso colega Tarso do semestre anterior.

“Contradição. Talvez essa seja a melhor palavra que resume as posturas adotadas pela Igreja Católica durante os 21 anos do regime ditatorial civil-militar no Brasil. Inicialmente a instituição religiosa foi favorável ao golpe encabeçado pelos militares, inclusive emitindo um documento oficializando e publicizando esse posicionamento. Entretanto, essa postura mudou à proporção que os casos de tortura e violações dos direitos humanos realizados pelo governo se intensificaram e se tornaram mais explícitos, principalmente no ano de 1968” (planejamento Tarso e Eduarda).

Assim, iremos ressaltar que, apesar de uma grande parte dos religiosos terem sido a favor do Golpe, também haviam aqueles que eram contra e que inclusive atuavam na linha da resistência. Como exemplo, destacaremos o caso do irmão marista Antônio Cechin, que, ao ser considerado subversivo pelos militares, precisou passar um tempo escondido na Catedral, porém foi preso mais de uma vez e torturado.

Outra lembrança importante e emblemática que será abordada é o caso dos estudantes espancados dentro da Catedral Metropolitana. Em 1967, estudantes organizaram um ato na Praça da Matriz contra o MEC-USAID, com a chegada dos militares para a contenção dos protestos, os estudantes se abrigaram dentro Catedral em uma tentativa de ficarem seguros, entretanto, os militares entraram no local, espancaram os estudantes e alguns deles foram levados aos DOPS.

2) Palácio Piratini

A mediação neste espaço iniciará com dois questionamentos: Qual memória relacionada à Ditadura vocês pensam que é predominante nesse espaço? A partir das colocações dos participantes, salientaremos que a memória do Palácio Piratini está ligada à resistência contra a ditadura. Em seguida, perguntaremos qual figura da política do Rio Grande do Sul o público lembra de estar envolvido na resistência e discutiremos a seguir o destaque concedido ao ex-governador Leonel Brizola, exaltando seu protagonismo na Campanha da Legalidade. Essa rememoração do passado de resistência à Ditadura é feita através do Memorial Rádio da Legalidade e do Largo da Legalidade, com grande foco na figura de Brizola.

Por outro lado, é preciso enfatizar que não há espaços no Palácio Piratini que rememoram o envolvimento dos ex-governadores com a ditadura, bem como não há menções sobre o envolvimento destes governadores no site do Palácio Piratini. Então, os estudantes serão provocados a questionar-se o porquê a sede do governo do estado do Rio Grande do Sul relembrar apenas a memória de resistência à Ditadura e o porquê de não existirem menções de seu envolvimento com esse período histórico. Assim, é lembrado e destacado apenas o episódio da resistência da Campanha da Legalidade e aqueles que contribuíram para esse momento, perdendo de vista outras figuras importantes ligadas ao executivo que também atuaram nesse sentido.

Entretanto, iremos destacar como a resistência contra a Ditadura Civil-Militar não se deu somente por Brizola, sendo esquecida também a participação de outras figuras que utilizaram de seu espaço de poder para questionar estruturas opressoras presentes na sociedade brasileira naquela época. Além disso, questionaremos ao público se eles conhecem outras lutas que se destacaram naquele período.

A partir daquilo exposto, destacaremos a figura de Carlos da Silva Santos, o primeiro presidente negro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a assumir como governador em exercício no ano de 1967. Carlos lutou na política contra o racismo em meio ao período da Ditadura, enfrentando o presidente Figueiredo em uma fala, no ano de 1982, que escancara a persistência da exploração da população negra no Brasil, desde o período escravista. Será indagado ao público por que a figura de Carlos da Silva Santos, tão importante na história da política do Rio Grande do Sul, também é esquecida em meio às rememorações da resistência, apesar de ter atuado

para desmistificar o mito da democracia racial promovido pela Ditadura. Por fim, é necessário enfatizar que, diferentemente do Palácio Piratini, a Assembleia Legislativa homenageou o ex-deputado nomeando o espaço de exposições culturais na entrada da Assembleia com o seu nome e criou o Troféu Carlos Santos, entregue a personalidades que atuam/atuaram em prol da comunidade negra.

3) Assembleia Legislativa

Para dar início à mediação neste ponto, será questionado se o público tem conhecimento do que se tornou a Assembleia em meio ao regime militar brasileiro, tendo em vista que o legislativo, dentro de um regime político democrático, deve respeitar as diversas posições políticas e sociais. A seguir, discutiremos como a instituição esteve associada ao regime militar, tornando-se um espaço de repressão dos deputados da oposição, com a cassação de mandatos e a prisão de diversos políticos que atuavam naquele espaço. Ademais, será frisado como a Assembleia se tornou um local em que se almejava a neutralização política, a partir da criação do bipartidarismo e do controle do espaço político pelo partido do regime, o Arena.

O público será provocado a refletir sobre qual postura se espera desse espaço em relação à memória da Ditadura e ao próprio passado da instituição, que também participou da repressão. Na Assembleia Legislativa, a lembrança sobre o período ditatorial é predominante, possuindo uma postura de rememorar e discutir sobre o golpe e o período ditatorial, posicionando-se como um espaço que defende a democracia, com eventos para falar sobre a Ditadura. Entretanto, a instituição acaba não recuperando nesses 60 anos do golpe o protagonismo da Assembleia na perseguição política e no silenciamento da oposição, destacando o papel do poder executivo federal na repressão.

Neste local, abordaremos a descomemoração do golpe militar que completou 60 anos em 2024, trazendo como essa instituição se mobilizou para organizar um evento que relembresse essa data de forma crítica, o qual contou com a participação de mais de 30 organizações da sociedade civil, deputados, senadores, ex-presos políticos e militantes dos Direitos Humanos. O evento ocorreu no dia 04 de abril, data que marca os 60 anos do assassinato do então tenente-coronel da Aeronáutica Alfeu de Alcântara Monteiro, defensor da Legalidade em 1964, sendo o mesmo considerado a primeira vítima fatal da Ditadura. Entretanto, é importante destacar a falta de

exposição e discussão sobre o papel da Assembleia Legislativa na censura e perseguição aos deputados e políticos da oposição neste evento promovido. Por fim, será indagado àqueles presentes qual eles acreditam ser o motivo desse evento não abordar o terror promovido dentro da Assembleia Legislativa, com a perseguição à políticos da oposição, a cassação de seus mandatos, as prisões e a extinção dos partidos imposta, e o porquê de ser tão pouco discutido o que ocorria dentro daquele espaço na Ditadura.

4) Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Nesta instituição, iniciaremos questionando qual a possível relação entre os arquivos e a Ditadura. Ao final da discussão das respostas, faremos um breve contexto em relação ao tratamento que foi dado às documentações relacionadas à Ditadura, visto que, em 1982, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza (PDS), extinguiu o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), principal órgão de repressão do período, e mandou queimar os documentos que continham importantes provas relacionadas à violência cometida pelo DOPS. Atualmente, os que restaram fazem parte de um acervo e são preservados no Arquivo Histórico. Assim, podemos ver a importância dos arquivos, que mais do que apenas preservar, também possuem a função de divulgar e disponibilizar informações em relação aos documentos dos acervos.

A partir disso, daremos continuidade com a mediação entrando de fato no tema, neste caso, focando no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. É importante deixar claro para o público que o protagonismo dessa instituição não ocorre no período da Ditadura, mas sim após o seu fim, no momento em que recebem o acervo dos Processos Administrativos de Indenização em 2009.

Seguiremos perguntado para o público se eles imaginam o que são estes Processos de Indenização e, em seguida, explicaremos de que eles se tratam de documentos produzidos pela Comissão Especial de Indenização, criada pela Lei 11.042, 18 de novembro de 1997, momento em que o Estado assume a responsabilidade pelos danos físicos e psicológicos aos ex-presos políticos durante a Ditadura. Dessa forma, foram concedidas indenizações a estas vítimas que conseguissem provar os danos causados por conta das prisões. O arquivo possui 1704 processos, que estão disponíveis para consulta, possuem diversos documentos

e informações das vítimas, como local da prisão, vínculo político e laudos médicos para a comprovação de danos físicos e psicológicos durante a prisão.

Sendo assim, no Arquivo Público, podemos dizer que o que predomina, neste caso, é a memória. Isso ocorre porque, além de preservar esse acervo, o espaço montou uma oficina educativa chamada “Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos”. A ideia é que estudantes possam conhecer a memória desses protagonistas e suas histórias por meio dos processos, resgatando suas lutas e resistências que até então estavam esquecidas. O arquivo ainda montou um catálogo chamado “Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil, 1961-1979”, que contém todos os processos de forma resumida para facilitar que pesquisadores encontrem o que precisam e assim contribuindo com a produção de conhecimento.

5) Theatro São Pedro

Neste ponto, será questionado ao público qual postura eles esperam de um local cultural que fica em uma parte nobre da cidade no contexto da Ditadura e quais peças e espetáculos eram exibidos nesse momento, refletindo se o teatro realmente se posicionou no período ditatorial. No Theatro São Pedro, predomina o esquecimento sobre o período ditatorial. As menções ao período se dão com o contexto do fechamento do Theatro São Pedro, no ano de 1973, por conta de um abandono que o prédio sofreu por parte do Governo do Estado, órgão responsável por sua manutenção. Assim, o período ditatorial aparece como um período triste da história do teatro por conta de seu abandono, silenciando a relação deste abandono da parte cultural pelo governo estadual ligado à Ditadura.

Da mesma forma, o espaço prefere não relembrar a censura e a perseguição que artistas, espetáculos e diversos setores da cultura, do entretenimento e da comunicação sofreram durante o regime militar. É importante destacar que o teatro exibia apenas peças e apresentações ligadas a uma cultura de elite, muitas vezes sem questionamentos sobre a realidade e sem menções ao período ditatorial que o país estava passando.

Aqui será abordado o Teatro Leopoldina como um contraste ao Theatro São Pedro, sendo o primeiro um espaço que trazia artistas que questionavam a ordem do período ditatorial e que sofreu ataques repressivos a peças exibidas no local. Destaca-

se o caso do ano de 1966, em que a tentativa do Teatro Leopoldina de exibir o show “Les Girls” foi censurada. O show era composto por um grupo de travestis que fizeram sucesso na cena cultural do Rio de Janeiro com seus shows “picantes, mas sem serem imorais”, como foi descrito em um jornal da época.

O juiz Honorino Batelli dá ganho de causa à Censura, proibindo a apresentação do show com a alegação de que o show atentava contra “a moral e os bons costumes”, após o Teatro tentar impetrar um mandado de segurança. A partir da exposição sobre o Theatro São Pedro e o caso do Les Girls, buscaremos refletir com o público qual o motivo de não cogitarem apresentar este show no Theatro São Pedro e por que esse show foi censurado, levando em conta que era um show de travestis. Da mesma forma, será indagado ao público qual a possível relação da censura e da moral com as elites que apoiavam a Ditadura Civil-Militar. Além disso, será ressaltada a questão da moral e dos bons costumes, a qual era um consenso na sociedade, evidenciando que, com a imposição da censura no período ditatorial, surge uma forma do próprio regime se legitimar, ao carregar a bandeira de ser o protetor da moral e dos bons costumes da família tradicional brasileira.

6) Palácio da Justiça

A questão inicial neste ponto será: “após o Golpe de 1964, houve alguma mudança relacionada ao funcionamento do poder judiciário, assim como ocorreu com os outros poderes?”. Seguiremos com um fato importante em relação à justiça durante o período, visto que, com o AI-2, os civis que eram acusados de atentar contra a segurança nacional passaram a ser julgados no Tribunal Militar ao invés do cível. Além disso, foram nomeados diversos ministros que apoiavam o Golpe, o que mostra que neste momento a autonomia e a neutralidade da justiça não estavam sendo respeitadas.

Ao término dessa breve exposição, a mediação seguirá para o caso central deste ponto, que é o caso do ex-taxista e membro do grupo M3G (Marx, Mao, Marighella e Guevara), Ângelo Cardoso da Silva. O militante morreu em 1970, encontrado em sua cela enforcado com um lençol no Presídio Central de Porto Alegre, a versão oficial definiu a causa da morte como suicídio. Entretanto, em 2011, Graziane Righi e Davi Santos, estagiários do Arquivo do Tribunal de Justiça, que cursavam História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encontraram o inquérito que

estava para ser descartado e levaram as fotos inéditas que estavam no inquérito para o médico legista, Hélio Antonio Rossi de Castro. Ao analisar, o médico constatou que Ângelo morreu estrangulado e não enforcado, sendo assim, as fotos foram forjadas. O caso ficou conhecido como “Herzog Gaúcho”. A partir disso, será questionado ao público se alguém sabe a razão de ser chamado dessa forma. Após as colocações, diremos que se deu por conta de sua similaridade com o caso do jornalista Vladimir Herzog, que também foi morto pelos militares, porém, em seu inquérito, constava suicídio.

Terminaremos este ponto dizendo ao público que devido ao que foi exposto anteriormente, o que se predomina nesta instituição é o esquecimento e, portanto, não recupera seu protagonismo durante a Ditadura, uma vez que o ato de um descartar um documento tão importante como este inquérito, que continha provas da violência e da participação da justiça no caso, é uma forma de apagar e excluir seu envolvimento. Este documento foi salvo, porém, é provável que outros tão importantes quanto este tenham se perdido. Para o fechamento nesta instituição, será perguntado ao público se, atualmente, diferente da época da Ditadura, a justiça possui o caráter de neutralidade que deveria ter.

7) Praça da Matriz

Inicialmente, será questionado se o público sabe o porquê de termos colocado a Praça da Matriz como um ponto, como ela se relaciona com a memória da Ditadura. A partir da ideia de que a praça pública é um local onde se dão as manifestações populares, onde a sociedade consegue expressar suas demandas, indagaremos que tipo de manifestações se davam nesse espaço e discutiremos como há neste espaço o posicionamento de dois segmentos diferentes da sociedade. Neste momento, pediremos ao público para olharem em volta e procurarem alguma referência à Ditadura, seja a favor ou contra. A Placa da Campanha da Legalidade será indicada aos participantes e, a partir dessa constatação, abordaremos as lembranças e os esquecimentos neste espaço.

O esquecimento predomina entre aqueles que foram a favor do regime militar, não recuperando sua responsabilidade neste período e buscando, muitas vezes, não deixar marcas desse seu apoio nos espaços públicos. Entre aqueles que resistiram à Ditadura, predomina a lembrança, como bem exemplifica a placa, recuperando a sua

atuação como uma forma de resistir ainda no presente ao retorno de discursos e de atos que relembrem esse passado opressor pelo qual o nosso país atravessou.

A primeira manifestação a ser abordada será a manifestação contrária ao golpe ditatorial, seguindo a ordem cronológica, para discutirmos a participação popular na Praça da Matriz a favor da Campanha da Legalidade e do governador Leonel Brizola no ano de 1961, que se posicionou contra as forças golpistas. Em seguida, abordaremos as manifestações daqueles favoráveis ao regime militar, os quais prestaram homenagem ao governador golpista Ildo Meneghetti e ao presidente Castelo Branco em sua visita ao Palácio Piratini.

Por fim, perguntaremos se os participantes conseguem notar uma mudança entre os anos de 1961 a 1964. Essa mudança seria do público que se manifestava naquele espaço, que acaba se transformando com a entrada do regime militar, sendo que aqueles contrários ao regime deslocam suas manifestações para frente da prefeitura da capital, onde ainda permanecia um prefeito ligado à resistência à Ditadura no momento anterior ao golpe. É importante salientar também que, com o aumento da repressão das forças militares, as manifestações contrárias ao regime foram sendo cada vez mais difíceis de se exprimirem.

9. Materiais didáticos: [Conjunto de fotografias, tirinhas e charges, manchetes e matérias de jornais, processo indenizatório \(APERS\); Citações; Folheto informativo](#) com resumo dos locais e informações abordadas.

10. Avaliação

A avaliação será feita a partir da observação dos estudantes, de forma processual, dando atenção aos seus movimentos e posturas, observando as suas reações às informações compartilhadas e registrando suas dúvidas e participações ao longo da mediação. Para receber um retorno de como foi a experiência do projeto com os participantes, ao final da mediação será feita uma roda de conversa para escutar as impressões do público, perguntando o que aprenderam sobre a história e a memória da Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre e de que forma foram afetados pela mediação. Para além da avaliação, estes critérios também serão utilizados para aprimorar possíveis mediações futuras.

11. **Síntese do planejamento:** preencher a [tabela](#).

Referências

ASSEMBLEIA Legislativa realiza ato para “descomemorar” o golpe de 64. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/assembleia-legislativa-realiza-ato-para-descomemorar-o-golpe-de-64-1.1481314>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – RS. **ATO UNITÁRIO DE DES-COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR** - 04/04/2024. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vvH1yHRTLJI&ab_channel=AssembleiaLegislativa-RS>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BONAFÉ, Jaume. A cidade no currículo e o currículo na cidade. In. SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 442-458

BONI, Mathias. **Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores de Porto Alegre terão eventos alusivos aos 60 anos do golpe militar**. Zero Hora, Porto Alegre, 29 mar. 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2024/03/assembleia-legislativa-e-camara-de-vereadores-de-porto-alegre-terao-eventos-alusivos-aos-60-anos-do-golpe-militar-cludcr8s900ff0121u2wgc0uu.html>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. p. 9-28.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2012. p. 1-18.

CARNEIRO, Anita Natividade. **Caminhos da ditadura em Porto Alegre: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora (Porto Alegre/RS)**. 2023. 167 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255606>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DA COSTA MACHADO, P. Justiça e Ditadura: atuação das Cortes Supremas de Brasil e Argentina durante as ditaduras de segurança nacional. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 5, n. 1, p. 67-85, 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Sul/article/view/163>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

D'AMBROSI, Regina; MEIRELLES, Mauro. O Theatro São Pedro no espaço da cidade: memória social e consumo de cultura. **Revista Gestão E Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/118>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DEPOIS de 50 anos, Assembleia do RS volta a ter sessão presidida por deputado negro. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 1 - 2, 10 fev. 2023. Disponível em:<<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/depois-de-50-anos-assembleia-do-rs-volta-a-ter-sess%C3%A3o-presidida-por-deputado-negro-1.985434>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ÉBOLI, Evandro. Foto entregue à Comissão da Verdade revela 'Herzog gaúcho'. **O Globo**, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/foto-entregue-comissao-da-verdade-revela-herzog-gaucha-8594253>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GAZIERO, Gabriel. Um balanço do ano do nosso educativo. **Arquivo Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre,. 2023. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/um-balanco-do-ano-do-nosso-educativo>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

GEROMEL, Bárbara. Igreja Católica, ditadura e memória no Brasil. **Revista Ars Historica**, v.22, n., p. 121-140, dez. 2021.

KONRAD, Diorge Alceno. LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **REPRESSÃO COMEÇA A QUEIMAR ARQUIVOS: Governo gaúcho é o primeiro a extinguir Dops, antes das eleições.** [S. l.], 2016. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/repressao-comeca-a-queimar-arquivos>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MORANDO, Luiz. Les Girls é ter charme, touché! **albuquerque: revista de história**, vol. 13, n. 26, jul. - dez. de 2021 | e-issn: 2526-7280.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. Carlos Santos (1904-1989): o primeiro deputado e governador negro no Rio Grande do Sul. 09 de setembro de 2020. Acesso em: 16 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.musecom.com.br/noticias/36/carlos-santos-1904-1989-o-primeiro-deputado-e-governador-negro-no-rio-grande-do-sul>>.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Da sala de aula para a rua ou da rua para a sala de aula? Os movimentos inesperados da vida na cidade e a relação com o saber escolar. **Revista História Hoje**, v. 3, no 6, p. 121-137 - 2014.

PADRÓS, Enrique Serra; RIO GRANDE DO SUL (BRAZIL: STATE); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Orgs.). **A ditadura da segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2009.

PALÁCIO Piratini: Galeria dos Ex-Governantes. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/memorial-dos-ex-governadores-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil, 1961-1979**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, grito**: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. 1a ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

ROLLSING, Carlos; COSTA, José Luís; BUBLITZ, Juliana. **Golpe 50 anos**. In: Golpe 50 anos. Porto Alegre: Click RBS, 2014. Disponível em: <https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SECRETARIA da Cultura. Theatro São Pedro: História. Porto Alegre. Disponível em: <<https://theatrosaopedro.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.